

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.289.344 - SE (2018/0105982-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : JOSE VIEIRA FEITOSA NETO  
**ADVOGADOS** : MANOEL FERREIRA SANTOS FILHO - SE009301  
BRUNO RAFAEL PEREIRA SANTOS - SE008143  
**AGRAVADO** : COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO  
**ADVOGADO** : KILDARE JOSE MARINHO SOARES - SE002901

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. DANO AMBIENTAL. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fl. 306, e-STJ):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL – SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE A DEMANDA – RECURSO DO AUTOR/APELANTE QUE PLEITEIA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - DESCABIMENTO POR INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO - PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA PELA APELANTE - ACOLHIMENTO DIANTE DA HIPOSSUFICIÊNCIA DA PARTE – AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A REDUÇÃO DO VOLUME/PISCOSIDADE DO RIO SÃO FRANCISCO, E A CONDUTA DA CHESF. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO NO SENTIDO DE CONCEDER A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

I – Restou devidamente evidenciado pelas autorizações especiais 01/2013 e 05/2015, bem como pela declaração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis que houve uma redução na vazão.

Ocorre, no entanto, que restou amplamente demonstrado que esta redução não foi causada pela hidroelétrica;

II - Além disso, o magistrado processante do feito, registrou que a Nota Técnica emitida conjuntamente pela IBAMA/COHID foi enfática ao afirmar que não tem qualquer liame entre a conduta da requerida e a redução da vazão do rio e a redução da piscosidade;

III – Recurso conhecido e parcialmente provido.

No recurso especial o recorrente alega violação do artigo 1.022, II, 489, §1º, IV e 1.013 e parágrafos do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 186, 393 e 927, parágrafo único do CC/2002; 14, §1º da Lei n. 6.938/1981 e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) presença da redução da vazão do rio São Francisco e da piscosidade, as quais não admitem excludente de nexo de causalidade; (b) dever de indenizar em razão da prática de atividade que possa potencialmente causar dano ambiental, haja vista a Teoria do Risco Integral; (c) responsabilidade objetiva da CHESF por danos ambientais ocasionados, haja vista tratar-se de concessionária de serviços públicos.

Com contrarrazões (fls. 507-523, e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 1.022, II, 489, §1º, IV, 1.013 e parágrafos do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão recorrido.

Quanto ao mérito, verifica-se que a tese central do recurso versa sobre a responsabilidade ambiental objetiva, aliada à teoria do Risco Integral. A respeito de tais argumentos há que se destacar a imprescindibilidade de configuração do nexo de causalidade, ainda que se esteja diante de hipótese de responsabilidade objetiva. A propósito:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS AMBIENTAIS. PESCA PREDATÓRIA DE ARRASTO DENTRO DAS TRÊS MILHAS MARÍTIMAS. **RESPONSABILIDADE OBJETIVA INDEPENDENTE DE CULPA. IMPRESCINDÍVEL, ENTRETANTO, A DEMONSTRAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE.** FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA A REFORMA DA DECISÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (grifos acrescidos).

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que, apesar da responsabilidade por dano ambiental ser objetiva, deve ser demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado. Precedentes.

2. A aplicação desse entendimento através de decisão monocrática está de acordo com o art. 557 do CPC e, portanto, não configura nulidade a ser sanada.

3. Os argumentos postos no Agravo Regimental não são suficientes para modificar o entendimento trazido na decisão recorrida, que se mantém pelos próprios fundamentos.

4. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.210.071/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 1ª Turma, DJe 13/5/2015).

No que diz respeito à responsabilidade por dano ambiental, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que a redução na vazão do rio não foi causada pela hidroelétrica, mas, sim, a redução da quantidade de água que entra pelos afluentes do Rio São Francisco. Destaco trecho do acórdão (e-STJ fl. 308):

Transpondo a lição para o caso dos autos, restou devidamente evidenciado pelas autorizações especiais 01/2013 e 05/2015, bem como

pela declaração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis que houve uma redução na vazão. Ocorre, no **entanto, que restou amplamente demonstrado que esta redução não foi causada pela hidroelétrica.** (grifei).

Além disso, o magistrado processante do feito, registrou que a Nota Técnica emitida conjuntamente pela IBAMA/COHID foi enfática ao afirmar que não tem qualquer liame entre a conduta da requerida e a redução da vazão do rio e a redução da piscosidade. Confira-se trecho da decisão que peço vênha para transcrever ipsi litteris:

[...]

"Além disso, a Nota Técnica 02.001.001196/2015-60 COHID/IBAMA foi incisiva ao asseverar que a UHE Xingó é uma usina a fio d'água, isto é, trata-se de um empreendimento que não detém o poder de regularização do rio São Francisco. O mesmo volume que entra no reservatório é liberado através do turbinamento de água para geração de energia ou, em épocas de cheias, é liberado pelos vertedouros. Ou seja, o volume que é defluído pelo empreendimento segue as vazões afluentes ao reservatório.

Ou seja, **restou explicitado (e, inclusive, é lógico) que a usina libera pouca quantidade de água porque tem recebido pouca quantidade dos afluentes do reservatório.** (grifei).

Obrigar o empreendimento a manter vazão superior àquela que entra no reservatório implicaria a fantasiosa pretensão de fazê-lo trazer água de outro lugar ou mesmo produzi-la! Assim, se tiver havido redução na quantidade de água e peixes, não se deve esta à conduta da requerida, mas à redução da quantidade de água que entra pelos afluentes, como bem esclareceu o IBAMA".

Pelo que restou evidenciado dos autos, **a redução da vazão de água se deu por conta da diminuição dos seus afluentes.** Desse modo, não havendo prova nos autos de que a requerida foi a responsável pela redução na vazão do rio, não há como responsabilizar a hidroelétrica pelo suposto dano causado ao autor. (grifei).

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO DA VAZÃO DO RIO SÃO FRANCISCO QUE DIMINUIU A PISCOSIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU INEXISTIR NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DA RECORRIDA E O ALEGADO DANO AMBIENTAL. REVISÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

1. Constata-se que não se configura a ofensa aos arts. 489, 1.013 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem, com base nos elementos de convicção dos autos, concluiu que a redução da vazão do Rio São Francisco e de sua piscosidade não foi causada pela recorrida, inexistindo nexo de causalidade entre a conduta da concessionária e o alegado dano ambiental, motivo pelo qual julgou improcedente o pleito indenizatório.

3. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria

necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

4. Também esbarra no óbice da Súmula 7 o argumento de que houve omissão de exame do pleito de produção de provas, pois, para concluir pela necessidade de produção de novas provas, além das já constantes dos autos, seria preciso o reexame de circunstâncias fáticas e do conjunto probatório constante nos autos.

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.697.036/SE, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe 25/5/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL. EXISTÊNCIA DE DANO. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A REDUÇÃO DA PISCOSIDADE E A CONDUTA DA CHESF. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Tribunal de origem julgou a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que inexistia dever da CHESF de reparar os danos sofridos por pescador artesanal, decorrentes da redução da piscosidade de trecho do rio São Francisco. Violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não configurada.

2. Consta do acórdão recorrido que não foram comprovados os danos sofridos, e nem o nexo de causalidade entre os danos e a conduta da CHESF, na medida em que demonstrada a incapacidade da demandada de alterar a vazão de trecho do rio São Francisco. Nessas circunstâncias, o óbice da Súmula 7/STJ impede o exame das alegações em sentido diverso apresentadas pelo particular.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.154.689/SE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 21/2/2018).

AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANO AMBIENTAL. AFASTADA A APLICAÇÃO DO CDC. TEORIA DA CARGA DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO. NÃO OBSTANTE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA O AUTOR NÃO COMPROVOU O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO (ART. 373, I, CPC/2015). DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. ALEGAÇÃO DE COMETIMENTO DE DANO AMBIENTAL PELA CHESF. AUSÊNCIA DA ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

VI - O decisum recorrido afastou a responsabilidade da CHESF pela redução da vazão do Rio São Francisco e, por conseguinte, da diminuição de piscosidade no local, não havendo como imputar à Corte negativa de vigência aos referidos dispositivos legais, uma vez que, para tanto, seria necessário que a conduta da recorrida se subsumisse aos mesmos dispositivos de lei, o que, repita-se, não foi o entendimento do Tribunal estadual.

VII - Desse modo, para esta Corte Superior aderir à tese de negativa de vigência aos citados dispositivos, em sentido diverso do entendimento exarado no acórdão recorrido, seria necessário, inevitavelmente, promover o reexame do conjunto fático-probatório existente nos autos, procedimento esse vedado por óbice da Súmula n. 7/STJ, que assim dispõe: "A pretensão

de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

VIII - O mesmo óbice sumular impede a análise do recurso no ponto atinente à divergência jurisprudencial.

[...]

X - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.132.791/SE, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 6/3/2018).

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

Ademais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento no artigo 105, III, *c*, da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Ante o exposto, **conheço do agravo para não conhecer** do recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator